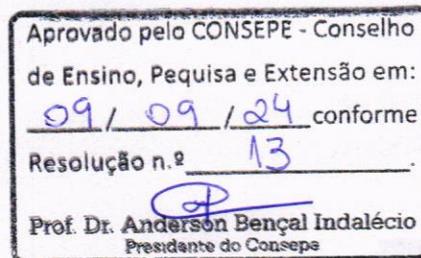


REGULAMENTO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA UNIFEV



CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º Este regulamento destina-se aos cursos de graduação e pós-graduação da Unifev - Centro Universitário de Votuporanga, e estabelece as regras, metodologias e instrumentos relacionados à avaliação da aprendizagem.

CAPÍTULO II SOBRE AS COMPETÊNCIAS E CONTEÚDOS DA APRENDIZAGEM

Art. 2º Entende-se por competência a capacidade de usar, de forma simultânea e de maneira interrelacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências na tomada de decisões e ações em condições diversas.

Parágrafo único. As habilidades correspondem com as atividades específicas, ações individuais ou coletivas que envolvem saberes e englobam conteúdos factuais, conceituais, procedurais e metacognitivos. São reconhecidas as habilidades cognitivas, motoras, socioemocionais e atitudinais.

Art. 3º São conteúdos da aprendizagem o conjunto de conhecimentos passíveis de serem interrelacionados, interdisciplinares, transdisciplinares, multidisciplinares e pluridisciplinares, que demandam capacidades cognitivas, motoras, socioemocionais e atitudinais, além dos valores, que têm em conta a realidade do estudante.

Parágrafo único. No currículo, os conteúdos da aprendizagem podem ser classificados em factuais, conceituais, procedimentais, atitudinais e metacognitivos, os quais deverão ser ensinados utilizando-se de diferentes procedimentos didáticos.

Art. 4º Os conteúdos factuais correspondem a informações ou dados da realidade. A aquisição dessas informações é por cópia literal, por memorização. São fatos que não requerem interpretação, sendo expressos da mesma forma por número plural de estudantes, com alternativas do tipo certo ou errado.

Art. 5º Conteúdos conceituais referem-se a conceitos, leis e princípios, consolidados no acervo cognitivo humano, que permitem construir novos conhecimentos e podem ser representados com símbolos, ideias, expressões e definições.

Art. 6º Os conteúdos procedimentais envolvem ações cognitivas e psicomotoras, simples ou complexas, que o estudante deve ter a capacidade de executar.

Art. 7º Os conteúdos metacognitivos abrangem ações e situações que favorecem no estudante processos conscientes de identificação, monitoramento, desenvolvimento e autorregulação dos seus processos cognitivos.

CAPÍTULO III SOBRE A AVALIAÇÃO E TIPOS DE AVALIAÇÃO

Subcapítulo I – Sobre as diretrizes pedagógicas da avaliação e os códigos da avaliação

Art. 8º A avaliação tem como objetivo reconhecer e comprovar se os estudantes alcançaram as competências desejadas, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e permitir que se constate, a partir dos resultados dos instrumentos de avaliação, o nível do estudante em relação ao seu desenvolvimento, proporcionando dados para tomada de decisões quanto ao âmbito do curso.

Art. 9º São diretrizes pedagógicas da avaliação da aprendizagem:

- I – ter caráter holístico e integrador;
- II – ser realizada continuamente;
- III – incentivar os estudantes a aperfeiçoar voluntariamente o seu conhecimento;
- IV – divulgar o que se deseja avaliar;
- V – realizar devolutiva ao estudante após a avaliação;
- VI – considerar múltiplos pontos de vista, incluindo o do estudante;
- VII – ter caráter interdisciplinar e contextualizada;
- VIII – favorecer a autoavaliação do estudante.

Art. 10 Os resultados sobre o nível de desempenho do estudante em relação às competências previamente estabelecidas podem ser expressos de modo quantitativo e qualitativo.

§ 1º A avaliação quantitativa utiliza códigos numéricos (nota obtida por meio de instrumentos de medida) para expressar os julgamentos de valor sobre os níveis de aprendizagem dos estudantes.

§ 2º A avaliação qualitativa utiliza códigos conceituais e pareceres descritivos construídos a partir das soluções previstas no gabarito/barema. Exemplos de conceito: “Adequado”, “Inadequado”, “Satisfatório”, “Parcialmente Satisfatório”, “Aprovado”, “Reprovado”.

§ 3º Segundo o seu regimento interno, a Unifev considera para promoção do aluno notas com códigos numéricos. Códigos conceituais poderão ser aplicados às avaliações formativas e/ou estágios supervisionados com os conceitos “Aprovado”, “Reprovado”.

Art. 11 Para avaliar a aprendizagem serão contemplados três tipos e cinco modalidades de avaliação, a saber:

- I – Tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.
- II – Modalidades de avaliação:
 - a. avaliação vertical: o estudante é avaliado pelo docente;
 - b. autoavaliação: o estudante avalia a si mesmo;
 - c. avaliação interpares: o estudante é avaliado por outro estudante;
 - d. avaliação em equipe 180º: o estudante é avaliado pelo professor e se autoavalia;
 - e. avaliação em equipe 360º: o estudante é avaliado por colegas e professores.

Subcapítulo II - Sobre a avaliação para a aprendizagem

Art. 12 Entende-se por avaliação para a aprendizagem aquela orientada a maximizar o processo de feedback do professor para o estudante e do estudante para o professor para melhorar a qualidade das interações entre eles.

Parágrafo único. Fazem parte da avaliação para a aprendizagem a avaliação diagnóstica e a avaliação formativa.

Art. 13 A avaliação diagnóstica será usada para verificar os conhecimentos prévios que possuem os estudantes em relação aos conteúdos da aprendizagem e às competências a serem trabalhadas.

§ 1º A avaliação diagnóstica deve permitir a execução de ações imediatas, tais como: reestruturação da aula a ser ministrada, revisão de conceitos, sugestões de leitura, estudos complementares, propostas de estágios intensivos on-line, programas de aconselhamento; de apoio individual, médico ou físico; de tratamento de necessidades pedagógicas específicas.

§ 2º A avaliação diagnóstica poderá ser realizada com quaisquer modalidades descritas no Parágrafo II do Art. 10 deste regulamento.

§ 3º A avaliação diagnóstica deve ser adotada nos processos educativos nas unidades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação da Unifev.

Art. 14 A avaliação formativa será realizada para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e busca caracterizar o processo de aprendizagem dos estudantes ao longo de uma unidade curricular.

§ 1º Características da avaliação formativa:

I – poderá ser realizada com quaisquer modalidades;

II – seus resultados podem ser incluídos no cômputo da nota do estudante;

III – permite verificar a evolução do processo de aprendizagem e subsidiar mudanças de métodos de estudo para o estudante e de reestruturação da metodologia para o docente, quando o resultado esperado não for alcançado;

IV – deve servir ao aprimoramento da aprendizagem do estudante, sanar as dúvidas e minimizar as dificuldades e os erros cometidos por ele. Sua execução exige:

a. Retroalimentação, caracteriza-se pelo diálogo entre o docente e o estudante sobre as observações realizadas durante o processo de ensino-aprendizagem;

b. A proposição de um conjunto de atividades que levem o estudante à superação das suas dificuldades;

V – seu caráter é construtivo, deve visar a orientação do estudante para alcançar os objetivos educacionais propostos no processo de aprendizagem;

VI – deve estimular o estudante a prosseguir nos seus esforços, refletir sobre sua aprendizagem e monitorar o seu próprio desenvolvimento;

VII – resulta em informações que poderão ser utilizadas nos trabalhos dos colegiados de curso e do NDE.

§ 2º A avaliação formativa deve ser adotada nos processos educativos, nas unidades curriculares nos cursos de graduação e pós-graduação da Unifev.

Subcapítulo III – Da avaliação da aprendizagem

Art. 15 Entende-se por avaliação da aprendizagem aquela orientada a estabelecer o que foi alcançado pelo estudante em um momento dado.

Parágrafo único. Faz parte da avaliação da aprendizagem a avaliação somativa.

Art. 16 A avaliação somativa é o tipo de avaliação orientada à certificação do desenvolvimento das competências propostas durante uma unidade curricular e/ou curso com base na aprendizagem dos conteúdos abordados, sendo feita ao final de um conjunto de conhecimentos, segundo planejamento didático-pedagógico prévio e expressa com um valor e/ou pontuação numérica.

§ 1º A avaliação somativa poderá ser:

I – Disciplinar ou interdisciplinar;

II – Individual ou em grupo.

§ 2º As avaliações somativas devem utilizar a avaliação vertical.

§ 3º As avaliações somativas podem ser classificadas da seguinte maneira:

I – avaliação de acompanhamento: será realizada ao longo de uma unidade curricular;

II – avaliação de controle: ocorre ao término de um conjunto de conteúdos afins;

III – avaliação de recuperação: aplicada após a divulgação da média bimestral da unidade curricular. Os estudantes que apresentarem resultados considerados insatisfatórios e manifestarem interesse poderão requerê-la no setor específico, segundo a normatização institucional.

IV – avaliação de integração: é realizada ao término de módulo, bimestre ou semestre e está centrada em uma situação integradora (ver capítulo VI).

CAPÍTULO IV**SOBRE OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Art. 17 São instrumentos de avaliação da e/ou para a aprendizagem: exercícios, situações-problema, prova teórica, prova prática em cenário simulado e real, ensaio, fichamento simples, fichamento cruzado, mapa conceitual, portfólio, projeto interdisciplinar, diário de campo, parecer técnico, produções orais, questionários, listas de exercícios, tarefas, fóruns, seminários, autoavaliação, observação de desempenho, estudos de caso, produções audiovisuais, avaliações on-line, produções coletivas e individuais de trabalhos e pesquisas, trabalho de conclusão de curso, projeto de pesquisa, relatório de pesquisa, dentre outros (Anexo A).

Art. 18 Os instrumentos de avaliação da e/ou para a aprendizagem devem conter elementos pedagógicos que permitam ensinar e avaliar ao mesmo tempo.

Art. 19 Para nortear a elaboração e oferecer garantia de qualidade dos instrumentos de avaliação, é necessário considerar os seguintes parâmetros:

I – validade: avaliar os conteúdos que compõem o escopo dos objetos de conhecimento previstos nos planos de ensino da unidade curricular;

II – relevância: itens de um instrumento/procedimento/técnica de avaliação vinculados à realidade para a qual o estudante está se preparando;

III – amplitude: consiste numa estimativa do nível de abrangência dos conteúdos da aprendizagem, para constatar em que medida eles foram contemplados nos instrumentos de avaliação;

- IV – dosagem: é a presença dos conteúdos mais importantes, caracterizada pela incidência de maior número de itens para o desenvolvimento das competências pertinentes;
- V – exequibilidade: refere-se à adequação do tempo à solução dos itens propostos;
- VI – redação: relaciona-se como a clareza, precisão, correção e a aplicação das normas gramaticais nos textos do instrumento utilizado;
- VII – Contextualização: sempre que possível, os itens dos instrumentos de avaliação da e/ou para a aprendizagem devem ser inseridos em um contexto da vida profissional;
- VIII – Integração: deve-se buscar um alinhamento entre os itens de forma que a avaliação possua um nexu lógico, permitindo ao estudante manter uma linha de raciocínio em relação aos itens e que possa desenvolver a resolução de problemas utilizando os conteúdos estudados;
- IX – Variedade: os instrumentos de avaliação da aprendizagem devem, em princípio, possuir diferentes tipos de questões e itens que possam exigir respostas mais simples e curtas e, também, respostas mais elaboradas e complexas;
- X – Índice de facilidade (Anexo B): a dificuldade do item é indicada pela porcentagem de estudantes que conseguem resolvê-lo;
- XI – Poder de discriminação (Anexo C): a discriminação do item é obtida por meio de um índice que compara as porcentagens de acertos e erros dos estudantes por item;
- XII – Confiabilidade: relaciona-se às condições de aplicação dos instrumentos de avaliação, que devem ser idênticas para todos os estudantes.

Parágrafo único. A conceituação e exemplos encontram-se no Anexo A.

CAPÍTULO V

SOBRE AS ORIENTAÇÕES PARA A AVALIAÇÃO DOS CONTEÚDOS DA APRENDIZAGEM

Art. 20 O docente deve realizar o planejamento dos procedimentos de avaliação para a unidade curricular ou estágio por tipo de avaliação.

Art. 21 O planejamento das avaliações das unidades curriculares dos cursos ou estágios deverá ser proposto pelo NDE e aprovado pelo colegiado do curso, podendo criar mecanismos de controle na execução das avaliações diagnósticas, formativas e somativas por intermédio de planos de avaliação.

Art. 22 Na avaliação dos conteúdos factuais, o docente deverá:

- I – focar somente nos fatos que possam ser recuperados, posterior e constantemente, nas atividades profissionais, pois os fatos que não são utilizados são facilmente esquecidos;
- II – exigir a reprodução literal do conteúdo;
- III – demandar que o estudante recupere a informação da memória;
- IV – utilizar verbos que expressem operações cognitivas relativas à memorização (Anexo D);
- V – deverá utilizar verbos que expressem operações cognitivas mais complexas (Anexo D).

Art. 23 Na avaliação de conteúdos conceituais, o docente deve solicitar que os estudantes:

- I – expressem os conceitos e princípios com as suas próprias palavras, oralmente ou por escrito;
- II – relacionem os conceitos e princípios a diversos contextos de aplicação, seja por meio de reconhecimento em itens selecionados pelo estudante, seja em itens construídos por ele;

- III – relacionem os conceitos entre si, comparando-os, distinguindo-os e/ou estabelecendo analogias e relações de contiguidade e de implicação lógica;
- IV – extraíam os conceitos subjacentes a um conjunto de objetos, por intermédio de verbos que exprimem operações cognitivas mais complexas (Anexo D).

Art. 24 Para a avaliação de conteúdos procedimentais, o docente deverá:

- I – avaliar em diversas situações para aferir se o estudante realiza as ações de modo flexível, adaptando-as às características da situação e da tarefa;
- II – utilizar verbos que expressem ações.

Art. 25 Na avaliação dos conteúdos metacognitivos, o docente deve demandar dos estudantes o reconhecimento da cognição assim como a consistência do seu próprio processo de conhecer, evidenciando:

- I – conhecer o delineamento de um objeto como meio de captar sua estrutura de unidade num texto, com base no conhecimento do uso de heurísticas;
- II – conhecer os tipos de testes usados pelo professor;
- III – conhecer as demandas das diferentes tarefas;
- IV – conhecer que o pensamento crítico fundamenta-se em argumentos científicos, ao contrário da elaboração de um texto desprovido dessa argumentação;
- V – conhecer a necessidade de consistência em seu próprio nível de conhecimento.

CAPÍTULO VI SOBRE A AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO

Art. 26 As avaliações de integração apresentam as seguintes características:

- I – são situações-problema de cunho interdisciplinar que podem ser enfocadas em instrumentos e ferramentas pedagógicas diversas, visando aferir o nível de aprendizagem das unidades curriculares;
- II – compartilham as mesmas orientações de avaliação das situações-problema de caráter disciplinar;
- III – conjugam as aprendizagens de um módulo ou conjunto de conhecimentos, por meio da realização de uma atividade profissional relevante, relacionadas às unidades curriculares;
- IV – servem para reproduzir, em situação escolar, a realidade profissional;
- V – exigem a articulação e mobilização de um conjunto de conhecimentos e a execução da competência adaptada às circunstâncias da situação profissional, com o objetivo de consolidar o seu domínio e generalizar a sua execução em situações similares;
- VI – podem ser realizadas individualmente ou em grupo.

Parágrafo único. A avaliação de integração é optativa aos cursos.

Art. 27 As avaliações de integração devem considerar os níveis diferenciados de domínio da habilidade desejada para o estudante.

Art. 28 As avaliações de integração podem ser de cunho predominantemente acadêmico, técnico ou operacional.

§ 1º As avaliações de integração de tipo acadêmico podem ser realizadas por meio da produção de textos; as de tipo técnico, pela elaboração de objetos ou protótipos e execução de procedimentos técnicos; e as operacionais, por meio de exercícios de campo ou em sala de aula.

§ 2º As avaliações de integração de cunho técnico devem descrever os comportamentos a serem apresentados pelos estudantes, à semelhança das listas comparativas de avaliação dos conteúdos factuais, como itens do tipo “Dê o que se pede”. Exemplo: Elabore uma proposta de imposto de renda seguindo as normas da Receita Federal.

CAPÍTULO VII SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO SOMATIVA

Subcapítulo I – Sobre o tempo da atividade avaliativa

Art. 29 A duração de uma atividade avaliativa deve ser estimada de modo a garantir sua execução.

Parágrafo único. Nesta resolução, o conceito “atividade avaliativa” refere-se a todos os instrumentos de avaliação do Art. 17 utilizados para a construção da nota do estudante.

Art. 30 O professor deverá informar ao estudante, no início da atividade avaliativa, o tempo de sua duração.

Art. 31 No cálculo de duração de uma atividade avaliativa, usam-se os tempos calculados para cada um dos tipos de itens de respostas selecionadas, somando-se ao tempo indicado pelo docente como necessário para que os estudantes resolvam cada um dos itens de respostas construídos (Anexo E).

Parágrafo único. Acrescenta-se tempo pertinente ao valor encontrado, prevendo-se a ambientação do estudante, a variação do ritmo de cada um, o tamanho do texto, o tempo de elaboração dos textos das respostas e outras variáveis. Esse acréscimo constitui, pois, a margem de segurança para determinar o tempo de duração.

Subcapítulo II – Sobre o gabarito/barema

Art. 32 A confecção do gabarito/barema é parte do trabalho de montagem da atividade avaliativa. Consiste no registro antecipado das possíveis respostas aos diferentes pedidos apresentados.

Art. 33 A elaboração do gabarito/barema na fase de planejamento tem a vantagem de proporcionar ao docente nova oportunidade de leitura de todos os itens, ocasião em que se pode constatar a necessidade de reformular a redação de alguns deles (Anexo F).

§ 1º O gabarito permite uma estimativa mais correta do tempo necessário ao estudante para apresentar suas respostas, conduzindo ao cálculo mais preciso da duração da atividade avaliativa.

§ 2º O gabarito/barema serve, também, como base para o estabelecimento do número de ideias contidas nas respostas que devem receber pontuações referentes aos itens avaliados.

§ 3º É importante ressaltar que a indicação de possíveis ideias e soluções para itens de respostas construídas pelo estudante dever prever as contribuições originais e suas possibilidades de ir além do previsto pelo docente.

Subcapítulo III – Sobre a atribuição de valores

Art. 34 As ideias computáveis por item e a respectiva distribuição dos acertos serão estabelecidas logo após a confecção do gabarito/barema, como parte do planejamento da atividade avaliativa.

Art. 35 A definição clara e precisa dos critérios a adotar na correção é um dos componentes que asseguram a precisão da medida. Essa atividade leva ao estabelecimento do número total de valores da atividade avaliativa (valor total ou grau bruto).

Parágrafo único. O professor deverá informar o valor/peso da atividade avaliativa na composição da média bimestral e o valor de cada item da atividade avaliativa.

Subcapítulo IV – Sobre a aplicação da atividade avaliativa

Art. 36 As condições de realização das atividades avaliativas deverão ser as mesmas para todos os estudantes.

Parágrafo único. Este regulamento observa o disposto na Lei 17.759, de 20 de setembro de 2023, que dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA) emitida pelo governo do Estado de São Paulo.

Art. 37 Após o término da realização da atividade avaliativa, o professor deverá exibir seu gabarito/barema. A atividade deverá ser previamente informada aos estudantes para eventuais revisões.

Art. 38 A utilização de meios ilícitos ou qualquer outro tipo de fraude em uma avaliação implicará na atribuição de valor “zero” aos envolvidos. Este procedimento não isentará a aplicação das devidas medidas acadêmicas e administrativas pertinentes ao caso.

Subcapítulo V – Sobre a correção das atividades avaliativas

Art. 39 A correção corresponde à atribuição de valores a cada item das atividades avaliativas (com base no gabarito/barema) e à totalização bruta dos valores (Anexo E).

Art. 40 As atividades avaliativas serão corrigidas pelo professor responsável da unidade curricular.

Subcapítulo VI – Sobre a mostra da atividade avaliativa

Art. 41 Após a correção, a atividade avaliativa deverá ser mostrada aos estudantes para que possam conferir a pontuação e a atribuição de valores.

Parágrafo único. A mostra da atividade avaliativa refere-se à avaliação bimestral e de recuperação. Há também a vista de exame final, que deve ser solicitada pelo estudante na Central de Relacionamento dentro do prazo estabelecido pela Portaria da reitoria nº 118, de março de 2023, que estabelece os prazos máximos para rotinas acadêmicas.

Art. 42 Os erros nos valores verificados durante a mostra da atividade avaliativa serão confirmados pelo docente e, posteriormente, corrigidos e registrados.

Subcapítulo VII – Sobre a análise do erro

Art. 43 A análise do erro em uma questão consiste em uma atividade de caráter formativo a ser realizada durante a mostra da atividade avaliativa.

Art. 44 Durante a análise do erro, deverá ser dada a oportunidade aos estudantes para questionar diretamente o professor. Caso o estudante não concorde com a resposta dada aos seus questionamentos, poderá solicitar o pedido de revisão da atividade avaliativa.

Art. 45 A análise do erro também serve para a resolução de problemas técnicos relacionados às atividades avaliativas.

Subcapítulo VIII - Sobre os pedidos de revisão

Art. 46 Após o estudante fazer a vista da atividade avaliativa (bimestral, recuperação e/ou exames) e receber a devolutiva do professor, poderá solicitar a revisão da atividade avaliativa na Central de Relacionamento dentro do prazo estabelecido em Portaria da Reitoria que estabelece os prazos máximos para rotinas acadêmicas, mediante pagamento de encargo específico.

Parágrafo único. A revisão da atividade avaliativa tem por finalidade oferecer ao estudante a oportunidade de obter a reparação de deficiências no julgamento ocorridas durante a correção das atividades avaliativas.

Art. 47 Para solicitar a revisão da atividade avaliativa, o estudante deverá formalizar o pedido por escrito, especificando os itens ou conteúdos a serem revisados e apresentando a justificativa.

Art. 48 O requerimento de revisão da atividade avaliativa será encaminhado pela secretaria ao coordenador do curso, que formará uma banca com dois ou mais professores, segundo pertinência da avaliação, e posterior elaboração de ata do resultado da análise da banca.

Art. 49 A revisão será limitada, unicamente, aos itens ou questões indicadas pelo estudante no requerimento de revisão.

Art. 50 Se o pedido de revisão for favorável ao estudante, todas as atividades avaliativas deverão ser revistas no(s) item(ns) em questão, caso implique em mudança no gabarito/barema.

Parágrafo único. Havendo acréscimo na nota, após a revisão, o estudante terá o reembolso integral do valor pago.

Art. 51 Se o pedido de revisão for desfavorável ao estudante, a nota obtida deverá ser mantida, e o valor pago não será reembolsado.

Subcapítulo IX – Sobre a interpretação dos resultados

Art. 52 O docente poderá realizar a interpretação dos resultados dos itens objetivos utilizando-se do tratamento estatístico dos resultados dos estudantes e, quando aplicável, por meio de cálculos do índice de facilidade e do poder de discriminação de cada item utilizado na avaliação.

Parágrafo único. Os cálculos do índice de dificuldade e do poder de discriminação serão realizados de acordo com o preconizado, respectivamente, nos Anexos A e B.

Subcapítulo X – Sobre a divulgação dos resultados das atividades avaliativas

Art. 53 A divulgação dos resultados das atividades avaliativas deverá ser realizada de acordo com os prazos estabelecidos previamente no Calendário Acadêmico.

Art. 54 A Pró-Reitoria Acadêmica e/ou coordenação do curso deverá confeccionar relatórios e gráficos relativos ao desempenho dos estudantes, divulgando-os às pessoas envolvidas nos processos de ensino-aprendizagem da Unifev, no intuito de aprimorar aplicabilidade dos instrumentos e metodologias antes descritas.

CAPÍTULO VIII SOBRE A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 55 A recuperação consiste na criação de oportunidade para que o estudante corrija as limitações ou deficiências de seu progresso de aprendizagem.

Art. 56 O estudante poderá requerer a recuperação da unidade curricular pelo Portal Acadêmico conforme prazo pré-estabelecido no Calendário Acadêmico letivo, nas seguintes condições:

- a. será permitido o requerimento no primeiro bimestre ao estudante que não atingiu a média bimestral;
- b. será permitido o requerimento no segundo bimestre ao estudante que não atingiu a média semestral ou que tiver interesse em melhorar a média bimestral.

Art. 57 A recuperação será executada por intermédio de avaliação única, sendo atribuída nota, após correção, de, no mínimo, 0 (zero) e, no máximo, 10 (dez) pontos. Se a nota obtida na recuperação for menor, será mantida a média bimestral anterior.

§ 1º Para cada recuperação de unidade curricular solicitada, será gerado um boleto bancário no valor previsto na resolução de valores das prestações de serviços.

§ 2º Conforme Resolução FEV nº 60, de 3 de outubro de 2014, após gerado o boleto, o valor estabelecido não poderá ser cancelado ou restituído caso o estudante não usufrua do serviço, tendo em vista que o referido serviço fora colocado à sua disposição.

Art. 58 Não haverá recuperação da aprendizagem relacionada aos estágios profissionais supervisionados e para as unidades curricular avaliadas por conceito e não por nota.

Art. 59 O Regimento da Unifev e as normas internas complementares estabelecerão as condições em que o estudante será considerado recuperado da aprendizagem.

**CAPÍTULO IX
SOBRE O CÁLCULO E A COMPOSIÇÃO DAS NOTAS**

Art. 60 As fórmulas para o cálculo das notas deverão constar nos planos de ensino e nos PPCs dos cursos.

Parágrafo único. As notas serão compostas de um percentual relativo:

- I – aos conteúdos conceituais, factuais, procedimentais e metacognitivos;
- II – aos conteúdos atitudinais, conforme previsto no Anexo A destas normas;
- III – ao TCC, quando existir, e nas condições das normas específicas;
- IV – à avaliação de integração, quando for o caso.

**CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 61 Os anexos fazem parte deste regulamento.

Art. 62 A confecção do histórico escolar e dos certificados e diplomas obedecerá a normas específicas da Unifev.

Art. 63 Estas normas serão reeditadas quando houver a necessidade de adequá-las à evolução metodológica.

Art. 64 Qualquer agente direto ou indireto de ensino da Unifev pode fazer sugestões para alterações destas normas.

Votuporanga, 4 de março de 2024.



Prof. Dr. Anderson Bençal Indalécio
Pró-Reitor Acadêmico

ANEXO A

FERRAMENTAS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. Exercícios

São tarefas mais simples, cuja realização exige a execução mecânica de alguns passos pré-estabelecidos. Exemplo: executar os movimentos básicos da ordem unida (posição de sentido e descansar).

2. Situações-problema

São tarefas cuja execução não dispõe de um caminho rápido e direto. Possui as seguintes características:

- I - exigem que o próprio estudante planeje as suas atividades, monitore a sua execução e avalie o seu desempenho;
- II - possuem grande diversidade na solução do problema;
- III - são complexas, mas não incompreensíveis;
- IV - exigem a tomada de decisão;
- V - exigem a articulação de diversas atitudes, capacidades, conteúdos de aprendizagem e valores na realização da tarefa;
- VI - são contextualizadas na vida pessoal e profissional do estudante;
- VII - podem integrar teoria e prática.

As situações-problema podem ser curriculares (disciplinares) ou intercurriculares (interdisciplinares):

- I - Situações-problema curriculares: avaliam os conteúdos de aprendizagem vinculados a uma unidade curricular específica.
- II - Situações-problema interdisciplinares: avaliam de forma integrada os conteúdos de aprendizagem de diversas unidades curriculares, sendo denominadas situações integradoras.

As situações-problema exigem o desenvolvimento da capacidade do estudante de resolver problemas em níveis distintos de autonomia, dentro do contexto escolar.

3. Projeto de pesquisa

É um documento que estrutura o planejamento de uma pesquisa científica, apresentado com a finalidade de ajudar o estudante e o orientador a acompanhar o desenvolvimento do trabalho científico, mantendo o rumo pré-estabelecido. É constituído pela organização de ideias lógicas e elaboradas, na qual a metodologia da pesquisa científica segue as exigências específicas estabelecidas para as Instituições de Ensino Superior (IES).

4. Relatório de pesquisa

É um documento que sistematiza os resultados da coleta de dados de uma pesquisa científica. Inclui os seguintes itens básicos: introdução, categorias de análise, ferramentas de organização de dados (tabelas, gráficos, protocolos de fala por tema, dentre outros), análise de dados e conclusão. Outros itens podem ser acrescentados em conformidade com os procedimentos e abordagens próprias de cada área curricular.

5. Projeto Interdisciplinar (PI)

É uma ferramenta de avaliação que pode se desenvolver em um período extenso de tempo, tendo as seguintes características:

- a) centrado numa situação-problema complexa, relacionada à atividade pessoal e profissional e de natureza interdisciplinar, que exija a aglutinação de conteúdos de todas ou parte das unidades curriculares enfocadas durante o curso;
- b) deve ser realizado por meio de trabalho de grupo.

São orientações para a elaboração do PI:

- I - selecionar, em conjunto com os docentes, temas que integrem as diferentes unidades curriculares ou parte delas;
- II - planejar o trabalho e prever os meios para que o projeto possa ser executado pelo estudante, o que inclui:
 - a) definição de datas para o início, fases de acompanhamento do projeto pelos docentes, reajustes no projeto e entrega do trabalho final;
 - b) determinação de fontes de informação para os estudantes, incluindo palestras ou contatos com especialistas de outras instituições, quando for o caso;
 - c) esclarecimento aos estudantes sobre o que se espera deles em relação ao projeto;
 - d) determinação de locais para que os estudantes possam executar o projeto, quer individualmente ou em grupo;
 - e) estabelecimento prévio dos critérios de avaliação do projeto aos estudantes;
 - f) divulgação e orientação dos estudantes quanto aos critérios de desempenho do PI;
 - g) controle do faseamento do projeto, de modo a evitar sua execução pelo estudante somente ao final do curso;
 - h) análise do PI, baseando-se nos critérios de desempenho previamente estabelecidos pelos docentes. O Apêndice 1 a este anexo apresenta um exemplo de documento pedagógico utilizado na elaboração de PI.

6. Portfólio

É uma ferramenta de avaliação, utilizada por um período de tempo determinado pelo docente, que reúne de modo sistemático amostras de aprendizagens selecionadas para que estudantes e docentes acompanhem e regulem o seu desenvolvimento. Pode ser:

- I. individual ou coletivo;
- II. impresso ou eletrônico;
- III. apresentado por meio de seminários.

Pode incluir fotografias, vídeos, mapas conceituais, material de coleta para PI, ensaios, entrevistas, provas, diário de campo, dentre outros documentos. São características do portfólio:

- I - favorece a autoavaliação;
- II - favorece a elaboração pessoal de um planejamento das aprendizagens, para sanar erros ou limitações;
- III - favorece a reorientação do planejamento do docente, ao constatar erros ou limitações dos estudantes.

7. Diário de campo

É uma técnica de coleta de dados própria das ciências sociais, que pode funcionar como ferramenta de avaliação de aprendizagem.

O diário de campo deve:

- I - registrar os fatos do fenômeno estudado para embasar e estruturar as reflexões teóricas acerca do fenômeno focado;
- II - descrever visões de mundo, sensibilidades e práticas de grupos e instituições sociais;
- III - registrar dados relativos a observações e entrevistas;
- IV - focar conteúdos conceituais, atitudinais e factuais, relacionados ao campo da experiência direta, própria da vida cotidiana;
- V - estruturar o pensamento do estudante por meio do processo de objetivação do pensamento favorecido pela linguagem;
- VI - favorecer o desenvolvimento da consciência sobre a própria aprendizagem, detectando limitações e erros, auxiliando a determinar metas de autoaperfeiçoamento;
- VII - conter narrações, dissertações e descrições;
- VIII - permitir a avaliação das capacidades de análise de cenários e de julgamento moral das situações, desenvolvendo os conteúdos atitudinais envolvidos;
- IX - exigir a coleta prévia de dados, por meio de observação e entrevista;
- X - exigir o registro ágil das informações coletadas;
- XI - exigir a utilização de um caderno exclusivo;
- XII - ser utilizado durante um período de tempo determinado.

Exemplo de folha de diário de campo

DIÁRIO DE CAMPO
Registro nº 1
Nome:
Local: Auditório 1
Período: 13h – 15h
Temas: Boas maneiras
ESTRUTURA
<p>Descrição dos fatos</p> <p>No início do expediente, todos os alunos da unidade curricular de pedagogia estavam reunidos para uma aula de boas maneiras. Enquanto aguardavam a entrada do docente, alguns alunos brincavam de atribuir apelidos não muito agradáveis, levando em consideração algumas deficiências de outros companheiros. Ao entrar na sala, o docente deu início à atividade, abordando inicialmente a boa conduta entre estudantes, mostrando que o verdadeiro amigo deve respeitar as deficiências individuais dos outros, pois no meio acadêmico não deve existir distinção entre indivíduos.</p>
<p>Autoavaliação: (O que sentiu, pensou e dificuldades)</p> <p>Nunca tinha feito este tipo de ação, não sabia bem o que devia escrever, gostaria de ver o modelo de diário de campo para me orientar melhor. Outro problema é que não sei se projeto os conceitos do texto nas observações.</p>
<p>Autointerpretação dos fatos (usando categorias de análise)</p> <p>As formas de relacionamento entre os estudantes são informais e, muitas vezes, preconceituosas, em virtude das diferenças sociais e econômicas. Para um relacionamento adequado, há a necessidade de intensificar ações orientadas a melhorar o espírito de equipe e o trabalho com coesão de grupo.</p>

Fonte: BRASIL, 2019.

8. Prova formal (PF)

É um instrumento de avaliação somativa, cujo tempo de aplicação varia de acordo com seus objetivos e transcorre em ambiente controlado.

Tipos de provas formais:

- I - escritas: exigem que o estudante elabore e/ou analise textos;
- II - práticas: exigem que o estudante execute procedimentos ou sequências de ações. São detalhadas na parte de instrumentos e ferramentas específicos, nos itens referentes à avaliação de conteúdos procedimentais;
- III - orais: exigem que o estudante verbalize ou compreenda auditivamente o assunto que está sendo avaliado;
- IV - mistas: permitem combinar os tipos de prova acima citados.

9. Seminário

Consiste numa apresentação oral sobre um tema ou situação-problema, podendo exigir também um trabalho escrito.

10. Mapa conceitual

É uma ferramenta pedagógica que explora explicitamente as relações lógicas entre proposições e conceitos, podendo ser traçado para um tema, uma unidade curricular, um módulo ou um texto. Baseia-se em uma concepção de aprendizagem que considera que o indivíduo aprende melhor quando dispõe os elementos em uma totalidade organizada.

O mapa conceitual:

- I - deve ser elaborado pelo estudante sem buscar a reprodução exata de um mapa conceitual de referência;
- II - é uma ferramenta dinâmica de aprendizagem, que se altera na medida em que o estudante modifica a sua compreensão dos conteúdos;
- III - deve apresentar uma quantidade significativa de conexões entre os conceitos;
- IV - deve ter seu tipo de construção vinculado aos objetivos da atividade de ensino e avaliação;
- V - deve se limitar ao número de conceitos existentes no texto a ser analisado.

A utilização dos mapas conceituais deverá atender às seguintes orientações:

- I - o docente deve estabelecer claramente os objetivos da tarefa. Exemplo: caracterizar quais são as relações entre os conceitos de um texto;
- II - o docente deve esclarecer os estudantes sobre os tipos de mapas, analisando como as relações de inclusão de conceitos funcionam em cada tipo de mapa conceitual, mas sem explicitar qual o mapa a ser adotado para aquela situação específica, pois as relações lógicas entre os conceitos devem ser elaboradas pelos estudantes;
- III - pode ser construído coletivamente pelos docentes com seus estudantes, com a utilização dos meios auxiliares de ensino disponíveis.

A utilização dos mapas conceituais deverá atender aos seguintes critérios:

- I - conexão com conhecimentos prévios do estudante: inserção de elementos pessoais, distintos dos apresentados no texto ou exposição oral;
- II - detalhamento de conceitos: pormenorização e aproveitamento máximo dos

- conceitos abordados no texto ou discurso oral;
- III - interligação lógica: conexão lógica, em termos de relação de subordinação hierárquica, similaridade e diferença entre conceitos;
- IV - clareza: disposição espacial que facilita a visualização das relações entre os conceitos.

11. Ensaio

É um texto de, no mínimo, cinco páginas, sobre uma situação-problema, realizado durante um período mais extenso de tempo. Apresenta um ponto de vista sobre uma situação-problema de cunho filosófico ou científico, na perspectiva de um autor ou de um conjunto de autores.

São tipos de ensaio:

- I - descritivos: apresentam características de um objeto, situação ou pessoa;
- II - narrativos: reportam uma sequência de acontecimentos;
- III - argumentativos: desenvolvem um tema, posicionando-se a favor ou contra um ou vários pontos de vista.

São orientações para a elaboração de ensaios:

- I - deve-se partir de uma situação-problema ou tema;
- II - devem conter elementos textuais que caracterizem de forma clara uma "introdução", um "desenvolvimento" e uma "conclusão";
- III - os elementos da introdução não devem repetir literalmente as partes subsequentes, apresentando coerência, pertinência e originalidade.

São componentes do ensaio:

- I - Elementos da introdução no ensaio servem para evitar a abordagem abrupta do tema ou problema. Contêm ideias de cunho mais genérico, evitando os lugares-comuns e as afirmações banais. As introduções podem ser redigidas de diversas maneiras. Sem a pretensão de descrever todos os tipos, são mencionadas abaixo algumas modalidades de introduções.

• Com citação ou referencial espaço-temporal.
--

Exemplo: A História política do Brasil tem abordado relativamente pouco os movimentos sociais, como a Revolta dos Malês, em parte devido à escassez relativa de fontes históricas que expressem o ponto de vista, não oficial, dos participantes destes movimentos.
--

• Com anúncio do tema ou problema: não há a repetição literal do pedido, enfocando-o a partir de um ponto de vista determinado. Pode ser em forma de afirmação ou de interrogação.

Exemplo: Neste sentido, trata-se aqui de investigar em que consiste a tarefa historiográfica de reconstituir estes movimentos sociais, quais são as suas características mais recorrentes, como se relacionam com as instituições políticas do Império e com a cultura política predominante nas regiões rurais ou urbanas, no intuito de elaborar uma espécie de tipologia de movimentos sociais.

Fonte: BRASIL, 2019.

II - Elementos de desenvolvimento destinam-se à argumentação para a resolução do problema ou à apresentação do tema. Sua estrutura depende da forma de organização da pergunta ou tema. Podem ser dividido em três partes:

- a) Tese: analisa uma série de conceitos, afirmando um ponto de vista sobre algo, com ou sem exemplos ilustrativos. Exemplo: a Renascença rompe com a cultura medieval em uma série de aspectos. Por exemplo, elabora uma crítica

da religião, que desemboca na irrupção da Reforma Protestante. Outro componente da Renascença é o interesse considerável pela cultura greco-romana, que não existia durante a Idade Média, apesar de ter havido um resgate do pensamento de Platão e Aristóteles pela Igreja Católica no período.

• Com anúncio da proposta de solução do tema ou de argumentação do tema: apresenta um resumo das ideias que serão apresentadas. Pode mencionar os referenciais teóricos que serão analisados na sequência.

Exemplo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma tipologia dos movimentos sociais do Século XIX, no Brasil, a partir dos seguintes critérios: espaço de incidência (rural; urbano); região; composição social; forma de lide com o Estado; relação com a religião e a igreja; composição étnica.

Fonte: BRASIL, 2019.

b) Antítese: são elaboradas objeções ou nuances em relação à tese apresentada inicialmente, por meio de conceitos e/ou exemplos ilustrativos. Exemplo: há, no entanto, a permanência de inúmeros aspectos da cultura medieval durante a Renascença. Por exemplo: as correntes místicas que se difundiram nos países católicos, com formas exacerbadas de ascetismo.

c) Síntese: visa à integração de ambos os pontos de vista expressos na tese e antítese, realçando a complexidade do tema ou problema proposto. Exemplo: seria interessante postular aqui a existência de uma solução de continuidade entre a Idade Média e a Renascença, descortinando, por exemplo, os precursores do Renascimento mesmo no início da Idade Média, antes do crescimento das cidades e do comércio.

III - Conclusão: destina-se à retomada dos aspectos essenciais da introdução e do desenvolvimento, sem repetição literal, exprimindo um ponto de vista pessoal em relação ao problema ou tema proposto.

12. Fichamento

É um resumo das ideias de um texto.

São orientações para a avaliação do fichamento:

I - o docente deve orientar os estudantes para que não realizem cópias literais do texto sem a utilização de aspas e menção do número de página; e II - o docente deve usar escalas de avaliação para apreciar a elaboração de fichamentos.

São tipos de fichamento:

a) Fichamento simples: visa expressar somente as ideias contidas no texto em tela.

Elementos constitutivos do fichamento simples	
Tema	Estabelece o principal assunto abordado, vinculado a uma área de estudo ou vertente teórica.

Fonte: BRASIL, 2019.

b) Fichamento cruzado: expressa as ideias contidas no texto em tela, com maior detalhamento, situando-as no contexto da literatura especializada da área. Exprime também o posicionamento do leitor. Exemplo:

Problema	Estabelece qual o aspecto o texto quer esclarecer.
Tese do autor da obra fichada	Estabelece o ponto de vista defendido pelo autor da obra fichada, apoiado por uma série de argumentos em progressão lógica até a expressão de uma explicação ou solução para o problema proposto. Devem ser utilizadas construções frasais que exprimam as transições lógicas de um argumento para outro. Para isto, utilizam-se exemplos e interrogações, entre outros recursos estilísticos que contribuem para articular as partes do discurso.
Estrutura lógica do texto	Estabelece as partes que o compõem, que podem coincidir ou não com os itens ou subitens, devendo ser divididas em conformidade com os principais temas abordados.

Elementos constitutivos do fichamento cruzado	
Tema	Estabelece o principal assunto abordado, vinculado a uma área de estudo ou vertente teórica.
Problema	Estabelece qual aspecto o texto quer esclarecer.
Categorias de análise	Descreve o significado dos conceitos mais relevantes do texto.
Tese do autor da obra fichada	Estabelecer qual o ponto de vista defendido pelo autor da obra fichada, apoiado por uma série de argumentos em progressão lógica até a expressão de uma explicação ou solução para o problema proposto. Devem ser utilizadas construções frasais que exprimam as transições lógicas de um argumento para outro. Para tal, são utilizados exemplos e interrogações, entre outros recursos estilísticos que contribuem para articular as partes do discurso.
Estrutura lógica do texto	Estabelece as partes que o compõem, que podem coincidir ou não com os itens ou subitens, e devem ser divididas em conformidade com os principais temas abordados.
Contextualização da tese do autor	Situa a abordagem teórica e o problema levantado pelo autor no contexto intelectual e histórico de surgimento.
Leitura intertextual	Discute o problema e o enfoque teórico em tela a partir de outros referenciais teóricos, apontando limitações, erros, vieses, sugerindo nuances, corrigindo, criticando, aperfeiçoando, complementando o seu ponto de vista. Manifesta claramente o ponto de vista do leitor, devidamente fundamentado.

Fonte: BRASIL, 2019.

13. Provas práticas

São instrumentos de avaliação de conteúdos procedimentais que visam a avaliar a aprendizagem de ações na sua execução, ou a tomada de consciência do estudante sobre as suas ações. Pode utilizar exercícios e situações-problema.

AVALIAÇÃO		FERRAMENTAS
AD		Provas, exercícios, situações-problema e mapas conceituais.
AF		Provas, exercícios, situações-problema, mapas conceituais, portfólio, projeto interdisciplinar, ensaios, fichamento simples, fichamento cruzado, diário de campo, parecer técnico e seminários.
AS	AC	Prova formal, ensaio, projeto de pesquisa, relatório de pesquisa, situação-problema e fichamento cruzado.
	AA	Prova, seminário, ensaio, situação-problema, fichamento cruzado, relatório de pesquisa e projeto de pesquisa.
	AR	Prova formal, ensaio, projeto de pesquisa, relatório de pesquisa, situação-problema e fichamento cruzado.
	AI	Situação-problema, projeto interdisciplinar e exercício no terreno.

Fonte: BRASIL, 2019.

14. Parecer técnico

É a manifestação de um órgão técnico sobre assunto submetido a sua consideração e pode fazer parte de um processo para o qual apresenta uma solução, justificando-a por meio de dispositivos legais e informações.

Modelo de parecer técnico

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxx de xxxx.

1. **EMENTA** – título ou resumo do assunto, apresentado de forma clara e precisa, de modo a facilitar a sua identificação.

2. **OBJETO** – exposição do motivo da consulta de forma clara e precisa.

3. **LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

4. **APRECIÇÃO**

5. **CONCLUSÃO** – coerente com a apreciação, deve traduzir a convicção do relator sobre a consulta. Poderão ser propostas medidas concretas para a solução de eventuais problemas.

É o parecer

(encarregado do parecer)
Nome e posto/graduação

Anexos: (relacioná-los)

6. **DECISÃO** – (se for caso).....

(responsável pela decisão)
Nome e posto/graduação

Fonte: BRASIL, 2019.

APÊNDICE 1

EXEMPLO DE DOCUMENTO PEDAGÓGICO UTILIZADO NA ELABORAÇÃO DE PROJETO INTERDISCIPLINAR (PI)

1. FINALIDADE

Orientar as atividades e os trabalhos a serem realizados pelo corpo docente/estudante, durante a realização do Projeto Interdisciplinar da fase presencial do Curso de Coordenação Pedagógica - CCP/2012.

2. REFERÊNCIAS

Projeto Pedagógico do Curso.

3. EXECUÇÃO

- Período de realização
- Unidades curriculares envolvidas
- Objetivos das unidades curriculares: Analisar a estrutura do sistema de ensino brasileiro, de acordo com a sua organização, legislação e peculiaridades de seus componentes.
- Tema do projeto: Criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência Superior.
- Fontes de informação: Bibliografia constante nas unidades curriculares do Projeto Pedagógico do Curso.
- Critérios para avaliação: De acordo com a grade de avaliação anexa.
- Reuniões preliminares: Apresentação do PI aos estudantes.
- Locais para a realização do projeto.
- Reuniões de acompanhamento (faseamento do projeto).

1ª verificação de acompanhamento

a. Término das aulas das unidades curriculares que compõem o projeto.

b. Elaboração do projeto.

1) Situação-problema: O Centro de Estudos de Pessoal (CEP) está no momento planejando a criação do curso de Docência Superior, na modalidade presencial, com duração de 11 (onze) semanas, que passará a funcionar no ano seguinte, objetivando atender a uma determinação da Pró-Reitoria.

2) Pedido

Solicito providenciar a confecção da Portaria de Criação, do Perfil, Mapa Funcional, do projeto interdisciplinar tendo em conta o PPC do curso.

3) Metodologia de execução.

a) O projeto poderá ser elaborado de forma individual ou em grupo.

b) Os grupos serão orientados pelo seguinte professor:

c) Além dos tempos previstos em QTS para a elaboração do PI, os grupos poderão utilizar os tempos à disposição do estudante, o período de _____ nas terças e quintas-feiras (nestes dias, em coordenação com o coordenador do curso) e demais horários que se fizerem necessários, a critério do estudante, sem prejuízo de aulas e atividades do curso (formaturas, palestras, estágio etc.).

d) Os grupos deverão observar e considerar o seguinte:

- Além dos documentos listados no pedido, os grupos deverão confeccionar um relatório de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) laudas, contendo as finalidades, objetivos, a metodologia empregada, as fases de execução dos trabalhos e uma conclusão.

- Ser impresso em folha A4, margens esquerda e direita, superior e inferior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, estilo normal, tamanho 12, parágrafo com alinhamento justificado e entre linhas de 1,5.

e) Apresentação do projeto.

- Data para apresentação:

- O trabalho será apresentado em sala de aula, por grupo, no tempo máximo de 15 minutos, sob a responsabilidade de um estudante a ser escolhido pelo docente naquele momento.

f) Retificação de aprendizagem

- Imediatamente após a apresentação do grupo.

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Os orientadores devem estimular a criatividade e autenticidade dos documentos dos estudantes na execução dos trabalhos ligados ao PI.

ANEXO B

CÁLCULO DO ÍNDICE DE FACILIDADE

1. GENERALIDADES

- a. O índice de facilidade é um indicador do rendimento dos estudantes por item de prova. Indica uma relação entre o número de acertos (ou erros) e o número máximo possível de acertos no item.
- b. O levantamento dos dados é realizado montando-se uma grade (tabela), onde constam todos os estudantes (ou parte deles, se a turma que realizou a prova for maior que 50), com o respectivo grau (escores) obtido em cada um dos itens da prova. Ao final, aplicam-se as fórmulas estabelecidas.
- c. O valor do índice de facilidade varia de 0 a 100 pontos percentuais, ou de 0 a 1, se assim preferir. O valor zero corresponderá a não ocorrência de acertos no item. Poderá ser utilizada a quantidade de itens certos ou de itens errados. Neste anexo apenas será considerado o cálculo pelo número de acertos.
- d. O cálculo do índice de dificuldade será diferenciado quando as turmas forem superiores a 50 estudantes.
- e. O cálculo do índice de facilidade poderá ser solicitado quando for necessário para fins de avaliação geral do desempenho ou quando seja julgado pertinente.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE FACILIDADE

Turmas com até 50 estudantes: o cálculo será realizado pela divisão do número de escores certos pelo número total de escores de cada item, conforme exemplo abaixo.

Fórmula para o cálculo do índice de facilidade :

$$IF = \frac{EC}{ET}$$

Em que: EC - Escores certos por item (somatório dos escores corretos de todos os estudantes, por item) ET - Escores totais por item (nº de escores do item X nº de estudantes)

Exemplo:

Planilha de cálculo do índice de facilidade					
Itens	1	2	3	4	5
Escores previstos por item	01	02	03	04	05
Discentes					
A	1	2	4	2	1
B	1	3	4	2	0
C	0	3	2	1	1
D	1	2	2	2	0
E	0	3	1	2	0
F	1	2	3	2	0
Escores certos por item (EC)	4	15	16	11	2
Total de escores por item	6	18	30	12	18

(ET)					
IF = (EC/ET)	0,66	0,83	0,53	0,91	0,11

Fonte: BRASIL, 2019.

Obs.: ID relativo a uma turma de 6 (seis) alunos e uma avaliação de 5 (cinco) itens de um total de 84 (oitenta e quatro) escores.

Um item é considerado fácil se o percentual do ID for alto e difícil se esse percentual for baixo.

a. Turmas maiores que 50 estudantes: ordenam-se as provas em ordem decrescente de notas (da maior pontuação para a menor pontuação, segundo os resultados obtidos na prova).

- Separam-se os 27% das provas de resultados mais altos.
- Separam-se os 27% das provas de resultados mais baixos.
- Registra-se o número de acertos obtidos no item em estudo pelos estudantes do grupo superior.
- Registra-se o número de acertos obtidos no item em estudo pelos estudantes do grupo inferior.
- Aplica-se a fórmula para o cálculo do ID, pelo número de acertos:

$$ID = \frac{AS + AI}{2 \times 0,27 \times N}$$

AS - Número de acertos do grupo superior, por item.

AI - Número de acertos do grupo inferior, por item.

N - Número total de escores previsto do item dos estudantes submetidos ao cálculo.

b. Dificuldade dos itens: a correspondência entre as faixas numéricas e a respectiva classificação do ID é a seguinte:

Exemplo: Em uma turma de 150 (cento e cinquenta) estudantes (N), calcule o índice de dificuldade (ID) de um item de 03 (três) escores de uma avaliação, onde os 27% melhores estudantes somaram 100 (cem) escores certos (AS), enquanto os 27% estudantes de piores graus somaram 50 (cinquenta) escores certos no mesmo item (AI).

Resposta: tomando por base que 27% são 41 estudantes em um total de 450 escores, temos: ID: $(100+50) / 2 \times 0,27 \times 450 = 0,62$. Portanto, 62% dos estudantes acertaram o item. Assim o índice de dificuldade é MÉDIO.

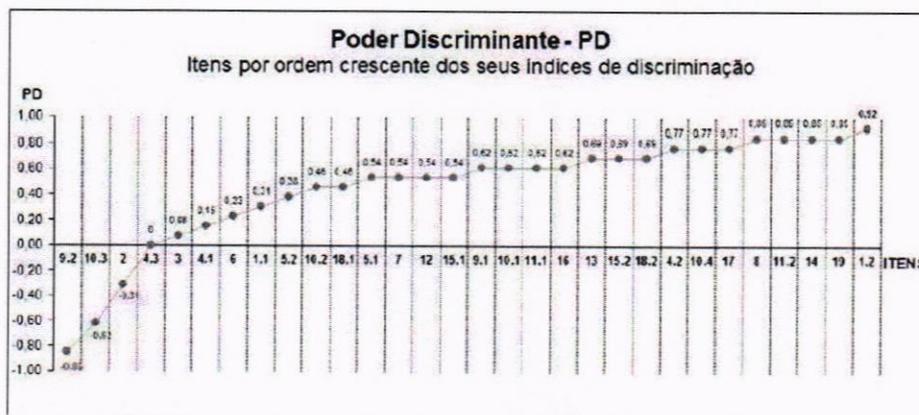
ANEXO C

CÁLCULO DO PODER DISCRIMINANTE (PD)

1) Um item tem poder discriminante (PD) perfeito quando todos os estudantes que tiveram notas altas em uma prova respondem corretamente a essa proposição, enquanto nenhum estudante de nota baixa o faz.

O poder determinante varia de +1 a -1. O valor zero indica ausência de discriminação, enquanto que uma tendência para -1 evidencia que o item está discriminando negativamente e que deve ser modificado ou abandonado, pois Poder Discriminante negativo significa que o item teve mais acertos entre os estudantes de nota baixa. Ao contrário, um PD próximo de +1 significa que a proposição está discriminando positivamente.

O gráfico seguinte mostra os índices de discriminação do poder discriminante, dispostos em ordem crescente, dos 30 itens de uma prova.



Fonte: BRASIL, 2019.

O gráfico revela que o item 1.2 é um item que permite diferenciar os estudantes de baixa e elevada classificação, uma vez que praticamente todos os estudantes que obtiveram notas altas o responderam corretamente.

Os itens 9.2, 10.3 e 2 apresentam PD negativo, discriminando negativamente e, conseqüentemente, poderão ser abandonados.

2) A elaboração de uma prova com itens de respostas selecionadas pelo estudante deve levar em conta o PD de itens já testados, de maneira que, na sua composição, incidam itens com PD baixo, médio e alto, em proporção equilibrada.

O PD só deve ser empregado para a análise de itens respondidos por turmas com efetivo maior ou igual a 50 estudantes.

3) Para se calcular o PD de um item que encerre apenas uma ideia simples, deve-se proceder da seguinte maneira:

- Ordenar os estudantes, decrescentemente, ou seja, daquele que tiver obtido maior pontuação para o aquele que tiver alcançado menor pontuação, segundo os resultados obtidos na prova.

- Separar os 27% dos estudantes que obtiveram os resultados mais altos da prova, considerada em sua totalidade (grupo superior).
- Separar os 27% dos estudantes que obtiveram os resultados mais baixos da prova, considerada em sua totalidade (grupo inferior).
- Contar quantos estudantes do grupo superior acertaram o item em questão.
- Contar quantos estudantes do grupo inferior acertaram o item em questão.

- Aplicar a fórmula $PD = \frac{S - I}{0,27 \times N}$, na qual:

S é o número de acertos no grupo superior;
I é o número de acertos no grupo inferior;
N é o número de estudantes submetidos à prova.

Exemplo:

GRUPO	DISCENTE nº	ITEM			
		-	-	3	-
SUPERIOR	5			1	
	11			0	
	6			1	
	1			1	
	32			1	
	4			0	
	18			0	
	22			1	
	19			1	
	2			1	

Fonte: BRASIL, 2019.

Uma turma de 50 estudantes foi submetida a uma prova com itens de respostas selecionadas. O item 3 da prova apresentou a seguinte incidência de acertos e erros:

GRUPO	DISCENTE nº	ITEM			
		-	-	3	-
INFERIOR	7			B	
	15			1	
	28			B	
	26			0	
	21			0	
	3			B	
	17			0	
	14			1	
	10			1	
	50			B	
	31			0	
	9			0	
	12			1	
	49			0	
	35			0	
34			1		

Fonte: BRASIL, 2019.

Observações:

- Foram considerados apenas os estudantes que obtiveram as 13 notas mais altas (27% entre os estudantes que obtiveram os resultados mais altos da prova; grupo superior) e os 13 de notas mais baixas (27% dos estudantes que obtiveram os resultados mais baixos da prova; grupo inferior).
- B significa que o item foi deixado em branco.
- 0 significa que o item foi respondido de forma errada.
- 1 significa que o item foi respondido de forma correta.

Ao empregar a fórmula $PD = \frac{S - I}{0,27 \times N}$, ter-se-á:

$$PD = \frac{8 - 4}{0,27 \times 50} = PD = \frac{4}{13,5} = 0,30$$

4) Para os itens com mais de uma ideia simples, não analisáveis por acerto, como é o caso de itens do tipo correspondência, ordenação e outros, introduz-se na fórmula o componente valor do item (VI):

Exemplo:

Numa prova aplicada a 50 estudantes, os 27% dos estudantes de maiores notas tiveram 40 acertos em um item de correspondência, com 5 escores; os 27% dos estudantes de menores notas tiveram 25 acertos.

O valor do PD será:

$$PD = \frac{S - I}{0,27 \times N \times VI} = \frac{40 - 25}{13,5 \times 5} = \frac{15}{67,5} = 0,22$$

5) Para a classificação do PD utiliza-se a tabela abaixo:

VALORES	CLASSIFICAÇÃO
0,00 a 0,20	BAIXO
0,21 a 0,37	MÉDIO
0,38 a 1,00	ALTO

Fonte: BRASIL, 2019.

6) Cabe salientar, a título de orientação, que a sigla "PD" só será utilizada como poder discriminante nos cálculos específicos da coordenação para que não haja conflito com o padrão de desempenho na construção curricular.

ANEXO D

EXEMPLOS DE VERBOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE CONTEÚDOS

Exemplos de verbos utilizados na avaliação de conteúdos factuais:

Verbo	Ação esperada
Citar	Enunciar uma sequência de fatos, nomes de pessoas, objetos ou situações.
Enumerar	
Descrever	Expor as características de um objeto, fato, processo ou fenômeno.
Identificar	Detectar, em um conjunto diversificado de elementos, fatos, nomes de pessoas, objetos ou situações.

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplos de verbos utilizados na avaliação de conteúdos conceituais:

Verbo	Ação esperada
Analisar	Decompor o todo em partes; estudar ou examinar cada uma delas, separadamente; chegar, por dedução, às conclusões parciais dirigidas para o objeto da análise.
Avaliar	Determinar o valor, o preço, a importância de algo; reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de; fixar aproximadamente.
Comparar	Analisar simultaneamente objetos, fatos, processos ou fenômenos para determinar semelhanças e diferenças, indicando as relações existentes. O item pode ser enunciado de várias formas sem, necessariamente, usar o termo "comparar".
Compreender	Extraír significados ou sentidos de conceitos ou fenômenos.
Concluir	Deduzir, tirar consequência(s) lógica(s) do desenvolvimento da solução da questão.
Criticar	Analisar estabelecendo juízo de valor, julgar, avaliar. Demonstrar a correção e a adequação de uma ideia e, também, apresentar sugestões para o seu aprimoramento ou razões para o seu abandono.
Discutir	Analisar, expondo ideias, questionando, apresentando argumentos e estabelecendo o relacionamento entre fatos ou ideias. A resposta requer estruturação cuidadosa.
Examinar	Decompor em partes constitutivas. Estudar cada parte separadamente, apresentando um argumento que justifique o diagnóstico, a decisão, o resultado de uma "investigação".
Expor Apresentar Mostrar	Contar, narrar explicando, fazendo conhecer o significado daquilo que é revelado.
Integrar	Reunir as partes e apresentar um novo todo. Tomar inteiro; completar, inteirar, integralizar; juntar as partes, fazer entrar num conjunto, num grupo; completar.
Interpretar	Analisar o significado de palavras, textos, ideias, ou as intenções do autor. A resposta exige, basicamente, a capacidade de compreender e realizar inferências.

Verbo	Ação esperada
Julgar	Decidir um litígio na qualidade de juiz ou árbitro; pensar, supor, avaliar, emitir opinião, formular um juízo; reputar, considerar.
Propor	Fazer uma proposta; sugerir.
Relacionar	Estabelecer vínculos, do ponto de vista lógico, de contiguidade, antítese, similaridade e dessemelhança, de causa e efeito, de influência, entre conceitos, entre conceitos e fenômenos, ou entre fenômenos.
Sintetizar	Resumir, isto é, expor de forma concisa e abreviada uma ideia ou assunto, apresentando seus aspectos essenciais.

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplos de verbos utilizados na avaliação de conteúdos procedimentais:

Verbo	Ação esperada
Comandar Chefiar	Exercer a autoridade que lhe foi conferida e conduzir uma equipe para cumprir uma ordem ou missão.
Executar Operar Fazer Realizar	Realizar uma atividade.
Planejar	Elaborar uma sequência de partes ou ações concatenadas, em progressão lógica e temporal, que servem para a realização de uma atividade.

Fonte: BRASIL, 2019.

ANEXO E

CONFEÇÃO DE ITENS DE PROVA FORMAL

Quanto à confecção, as provas formais podem conter os itens abaixo propostos:

I - Itens de respostas selecionadas pelo estudante:

- caracterizam-se por itens que exijam que o estudante escolha uma única resposta. Tais itens poderão ser apresentados sob a forma de escolha binária, múltipla escolha, identificação, ordenação, correspondência, enumeração, completamento e pergunta simples;
- são muito utilizados na avaliação dos conteúdos factuais que exigem o domínio da terminologia especializada;
- podem ser utilizados para a avaliação de conteúdos atitudinais e procedimentais que tenham interface com conteúdos factuais e conceituais;
- podem ser apresentados da seguinte maneira:

1. Itens de escolha binária: são itens que consistem em uma frase declarativa, que deve ser julgada correta ou incorreta, sendo as incorretas corrigidas, substituídas ou justificadas para que se tornem corretas. Incluem itens de CERTO ou ERRADO e de VERDADEIRO ou FALSO. São utilizados na avaliação dos conteúdos conceituais, quando exigem somente o reconhecimento do conceito.

Exemplo:

a. Coloque um "C" ou "E" nos parênteses à esquerda, conforme os itens sejam considerados certos ou errados. No item considerado errado, substitua a palavra sublinhada pela certa, na linha abaixo:

b. Quanto aos distúrbios psicológicos, pode-se afirmar:

c. (E) A ansiedade é uma neurose que se caracteriza pela angústia sistemática diante de pessoas, coisas, situações ou atos que se tornam objetos de um terror paralisante. Profissionais que desenvolvem um medo irracional na transposição de cursos d'água exemplificam esse quadro.

FOBIA

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens de escolha binária

- evitar declarações parcialmente certas, para que o item não seja ambíguo;
- elaborar cada item de forma que inclua apenas uma ideia, e que apresente uma proposição que seja inteiramente certa ou inteiramente errada;
- evitar frases longas e confusas;
- decompor os enunciados longos em itens separados;
- não usar frases que pareçam corretas à primeira vista, mas incorretas devido a pequenos detalhes;
- formular o item de modo que a proposição se relacione com fatos significativos e generalizações importantes;
- evitar frases de construção negativa, especialmente aquelas de dupla negação;
- evitar emprego de proposições como "sempre", "nunca", "todos", "nenhum", ou uso de determinantes específicos, como "geralmente", "frequentemente", "às vezes", pois podem sugerir a resposta certa;
- evitar expressar as proposições corretas sempre com frases longas e detalhadas, e as proposições incorretas apenas com frases secas e curtas. Tanto os enunciados corretos como os incorretos devem possuir aproximadamente a mesma extensão;
- utilizar as proposições corretas na mesma proporção das incorretas;
- apresentar os enunciados verdadeiros e falsos de forma irregular, sem seguir uma determinada sequência;
- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para a resolução de cada item;
- valor atribuído por item: um (01) escore.

2) Itens de múltipla escolha: são itens que incluem uma parte introdutória (suporte), que contém uma situação-problema, que pode aparecer sob a forma de uma afirmação incompleta ou de uma pergunta direta, seguida de várias alternativas que se apresentam como possíveis soluções, sendo uma delas a resposta correta. São utilizados na avaliação dos conteúdos conceituais, quando exigem somente o reconhecimento do conceito.

Exemplo:

ESCOLHA A RESPOSTA CORRETA, ASSINALANDO COM UM "X" À ESQUERDA:

Em acidentes em que há suspeita de comprometimento da coluna vertebral, a vítima deve ser cuidadosamente transportada ao hospital em posição deitada e, de preferência, imobilizada. Esse procedimento visa preservar a integridade da coluna, pois em seu interior passa o (a), (os), (as):

- a. ramo descendente da aorta, cuja lesão pode ocasionar hemorragias.
- b. medula óssea, cuja lesão pode levar à leucemia.
- c. medula espinhal, cuja lesão pode levar à paralisia.
- d. conjunto de nervos cranianos, cuja lesão pode levar à paralisia.
- e.

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens de múltipla escolha

- apresentar a ideia ou o problema contido no suporte do item, de forma definida e breve, usando uma pergunta direta ou uma declaração incompleta;
- garantir sempre uma resposta correta que seja considerada a melhor pelos críticos competentes. Quando isso não for factível, é aconselhável confiar a revisão das questões a outras pessoas que estejam bem familiarizadas com o conteúdo;
- redigir as diversas alternativas de forma que todas pareçam plausíveis à primeira vista, embora apenas uma delas seja a correta. Uma alternativa não tem função no item se não for suficientemente plausível para atrair o estudante menos informado;
- construir todos os itens de múltipla escolha com o mesmo número de alternativas;
- empregar cinco alternativas;
- tornar todas as alternativas gramaticalmente ajustadas ao suporte, para não dar indicações da resposta correta;
- empregar a resposta correta em cada uma das posições possíveis, com a mesma frequência. Se a resposta certa aparecer com mais frequência numa determinada posição ou letra preferencial, ou seguindo um critério constante que permita estabelecer um padrão, o estudante pode ser levado a responder por simples analogia;
- formular todas as alternativas com a mesma extensão;
- elaborar alternativas breves;
- por no suporte do item todas as palavras que ficariam repetidas nas alternativas;
- evitar o emprego, na alternativa da resposta certa, de palavras ou expressões que apareçam no suporte, e que possam ser indicativas da resposta correta;
- evitar a redação de alternativas muito semelhantes e de discriminação sutil;
- empregar, de preferência, as alternativas que expressam respostas verbais em ordem alfabética, e as que contêm números em ordem numérica;
- tempo estimado para resolução: sessenta (60) segundos para resolução de cada item; e
- valor atribuído por item: um (01) score.

3) Itens de correspondência: são itens que apresentam duas colunas. Cada item de uma coluna deve ser combinado com uma palavra, símbolo, frase ou número da outra coluna. São utilizados na avaliação dos conteúdos conceituais, quando exigem somente o reconhecimento do conceito.

Exemplo:

RELACIONE A FUNÇÃO DO CÓRTEX CEREBRAL À SUA ESTRUTURA:

1 - Responsável pela linguagem oral e escrita.	()	Área de Broca
2 - Responsável pela coordenação dos músculos da fala.	()	Lóbulo occipital
3 - Contém o córtex visual primário.	()	Lóbulo temporal
4 - Controla as contrações visuais do músculo do esqueleto.	()	Lóbulo frontal
5 - Contém as áreas sensório-somáticas.	()	Lóbulo parietal
	()	Área de Wernicke

Fonte: BRASIL, 2019.

Diretrizes para elaboração de itens de correspondência

- listar em cada uma das colunas conceitos de mesma categoria;
- registrar acima de cada coluna um título que oriente o estudante sobre o assunto tratado e que facilitará, também, a organização de ideias do docente. Convém ressaltar que a colocação de títulos facilita a montagem do item e conduz à organização adequada dos

componentes de cada coluna. Assegura também ao docente a ideia de não utilizar conceitos referentes a mais de um assunto na montagem do item;

- fazer com que a coluna de respostas contenha sempre, pelo menos, um número a mais de itens, para evitar que a resposta seja encontrada por simples eliminação ou exclusão e para reduzir o acerto casual;

- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para cada raciocínio;

- o valor atribuído por item: um (1) escore para cada resposta.

4) Itens de preenchimento de lacunas: são itens que apresentam sentenças com uma ou mais palavras omitidas, para que sejam preenchidos os claros. São muito utilizados na aprendizagem dos conteúdos factuais, por favorecerem a avaliação da aprendizagem da terminologia.

Exemplo:

De acordo com o Quadro de Distribuição de Material do Pel CC, complete as lacunas das frases com o(s) termo(s) correto(s):

O Pel CC possui efetivo total de dezesseis militares, os quais mobiliam quatro guarnições de carros. A guarnição é composta por um Of ou Sgt Cmt CC, dois cabos - sendo um deles Mot e o outro _____ e um Sd_.

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens com preenchimento de lacunas

- formular a questão de modo que cada espaço em branco só admita uma resposta correta;
- evitar excesso de omissões de palavras, o que torna difícil a compreensão do significado da sentença;
- situar as lacunas no final das frases. Se colocadas no meio, deve-se assegurar que a compreensão do texto não ficará prejudicada. Não devem ser colocadas lacunas no início da frase;
- evitar que a estrutura gramatical e sintática da frase sugira ao estudante a resposta correta ou o conduza a eliminar alguma resposta errada;
- construir a sentença de modo que o estudante perceba a natureza da resposta solicitada;
- a lacuna deverá ser preenchida com uma palavra ou expressão, não cabendo o registro como respostas de frases completas;
- não reproduzir textos de livros. É conveniente reformular as frases, recriando o enunciado;
- utilizar itens de completamento com apoio de um banco de palavras somente quando todas as respostas às lacunas forem termos de mesma natureza;
- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos por lacuna;
- valor atribuído para cada item: um (1) escore por lacuna.

5) Itens de identificação: são itens que exigem que o estudante faça o reconhecimento das áreas ou partes indicadas na figura, associando-as a uma listagem de termos. Pode-se utilizar uma ilustração, onde constem os números, solicitando que o estudante numere os títulos listados. Pode-se, também, apresentar uma lista numerada, solicitando que o estudante insira os respectivos números nos espaços indicados na ilustração. São muito utilizados na avaliação dos conteúdos factuais, quando exigem o domínio da terminologia especializada.

Exemplo:

Escreva dentro dos parênteses em branco o número correspondente.

Diretrizes para elaboração de itens de identificação

- prever, pelo menos, duas ideias (dois títulos ou duas indicações na ilustração) que não tenham correspondência;
- indicar, com clareza, a parte, área ou elemento da ilustração a ser identificada;
- definir claramente, na ilustração, o objeto da medida;
- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para a resolução para cada raciocínio; e
- valor atribuído por item: um (1) escore para cada resposta.

6) Itens de ordenação: são itens que apresentam um conjunto de fatos ou etapas de um procedimento que deverão receber numeração correspondente a determinada sequência. São utilizados na avaliação dos conteúdos conceituais, quando exigem somente o reconhecimento do conceito. Estes itens só podem ser utilizados na avaliação dos conteúdos procedimentais quando estes já tiverem sido ensinados e avaliados de modo prático, enfatizando a execução das ações pelo estudante.

Exemplo:

Ordene os itens nos parênteses à esquerda.

Estabeleça a sequência correta de fatos que resultaram no aumento territorial norteamericano.

(5) Compra do Alasca à Rússia.

(4) Ocupação do Oregon após acordo com os franceses.

(1) Recebimento, dos ingleses, do território entre os Apalaches e o Mississipi (após o reconhecimento da independência).

(3) Incorporação, mediante o pagamento de indenização ao México, dos territórios do Texas, Novo México e Alta Califórnia.

(2) Compra da Louisiana à França de Napoleão.

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens de ordenação

- indicar, de acordo com o tema que será objeto do item, se a numeração se fará em ordem crescente ou decrescente. O pedido referente à ordenação hierárquica ou de grau de complexidade;
- o pedido de ordenação cronológica dispensa, de modo geral, essa indicação, salvo em casos especiais, quando se fará a devida especificação;

- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para cada raciocínio; e
- valor atribuído por item: um (1) score para cada resposta.

7) Itens de enumeração: são itens que solicitam aos estudantes que citem ou enumerem fatos ou nomes. São muito utilizados na avaliação dos conteúdos factuais, quando exigem o domínio da terminologia especializada.

Exemplo:

INDIQUE os nomes das peças sinalizadas pelo instrutor: (03 scores)

Resposta: peças: 01 – Mesa de alimentação

02 – Anel regulador do escape dos gases

03 – Conjunto êmbolo-corrediça-ferrolho-culatra móvel

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens enumeração

- usar linguagem precisa, que delimite o pedido;
- especificar com clareza no pedido que o estudante deve realizar uma ordenação de itens quando a enumeração assim o exigir;
- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para cada resposta; e
- valor atribuído para cada item: um (1) score por acerto.

8) Itens de perguntas simples: são itens que consistem na apresentação de perguntas que admitam respostas imediatas e objetivas. Apresenta-se um problema através de pergunta direta ou sob a forma de uma declaração incompleta. São indicados para avaliar conteúdos factuais, de resposta única, exigindo a aprendizagem de fatos e da terminologia especializada.

Exemplo:

São práticas que objetivam evitar a ocorrência de doenças. Permitem diminuir a carga de microrganismos provocando sua morte ou criando condições para que não prosperem. Incluem métodos físicos como calor ou radiação assim como métodos químicos tais como substâncias antissépticas e desinfectantes.

Pergunta: Qual nome recebe esse conjunto de atividades de controle do crescimento microbiano relatado no texto acima?

Resposta: Profilaxia

Diretrizes para elaboração dos itens de pergunta simples

- formular a pergunta em ordem direta;
- empregar linguagem simples, com vocabulário acessível para o estudante;
- apresentar perguntas cuja resposta não exija a expressão da opinião ou apreciação pessoal do estudante;
- enfatizar assuntos cuja resposta sejam fatos que não admitam uma diversidade de respostas corretas: nome próprio, data, nome da cidade ou país, nomes das fases de um

processo;

- evitar as perguntas introduzidas por: "Para quê ?"" ou "Por quê ?", pelo fato de requererem a elaboração de uma justificativa, a identificação de uma finalidade e o estabelecimento de uma relação de causa/efeito;
- evitar perguntas cuja resposta seja "SIM ou NÃO", pois facilitam a obtenção da resposta correta;
- apresentar perguntas cujas respostas apresentem um número limitado de elementos;
- utilizar pergunta simples que tenha como resposta, no máximo, três elementos componentes. Neste caso, deverão ser previstos tantos espaços (com a mesma dimensão, um abaixo do outro) quantos forem esses componentes;
- prever que os elementos da resposta sejam da mesma natureza e categoria, como partes integrantes de um conjunto, vinculadas ao mesmo objetivo;
- tempo estimado para resolução: trinta (30) segundos para cada resposta; e
- valor atribuído por item: um (1) score.

9) Itens de respostas construídas pelo estudante: são itens que exigem que as respostas sejam redigidas pelo estudante, com as suas próprias palavras. Podem abordar um tema ou uma situação-problema. Os itens redigidos solicitam do estudante a produção de respostas pessoais, que não transcrevam partes de textos. São apropriadas para a avaliação de conteúdos conceituais.

Exemplo:

Um dos carros de combate do Pel lançou granadas fumígenas, com o intuito de se proteger de um possível ataque da Anv. Essa ação está de acordo com a doutrina de emprego desses meios? Justifique a sua resposta.

Fonte: BRASIL, 2019 (adaptado).

Diretrizes para elaboração de itens dissertativos

- elaborar itens de modo que estejam coerentes com os conteúdos;
- redigir os itens com clareza e exatidão, especificando o que se deseja como resposta;
- evitar perguntas vagas. Enunciados amplos, contendo expressões como "fale sobre...", "comente...", "diga o que pensa de...", pois permitem digressões e tornam a correção mais difícil. Podem ser estabelecidos parâmetros: de acordo com o autor X; de acordo com os conceitos Y e Z;
- explicitar o que o estudante deve fazer, empregando os verbos utilizados para o ensino e avaliação de conteúdos conceituais. Exemplo: descreva, exemplifique, explique, compare, sintetize;
- formular as questões de acordo com o tempo disponível para a aplicação e com a experiência e nível de desenvolvimento intelectual dos estudantes;
- contextualizar as questões em situações da vida pessoal e profissional do estudante;
- tempo para resolução: a experiência dos docentes orientará a estimativa do tempo a ser destinado à solução de cada um dos itens. Esse tempo será definido considerando-se o ritmo dos estudantes;
- valor atribuído ao item: a critério do docente.

ANEXO F BAREMAS DE CORREÇÃO

Baremas são instrumentos destinados a estabelecer referenciais que permitam ao docente julgar os resultados de aprendizagem e a ordená-los com o intuito de caracterizar mais claramente os níveis de desempenho dos estudantes.

Os baremas utilizam uma lista de critérios a partir dos quais se gradua o nível de aprendizagem do aspecto focado na situação de avaliação, por meio de menções, associadas a uma quantidade ou faixa de escores (insuficiente; regular; bom; muito bom; e excelente). São utilizados quando as respostas dos estudantes podem ser diferenciadas. Exemplo: avaliação de conteúdos conceituais.

A quantidade de menções e/ou escores poderá variar em função do grau de complexidade das aprendizagens avaliadas.

Exemplo de barema

Critérios	VALORAÇÃO		
	Bom (11 a 20 escores)	Regular (5 a 10 escores)	Insuficiente (abaixo de 5 escores)
Originalidade	Elaborou os conceitos de modo diferente dos textos, indicando exemplos novos, que sugeriam nuances imprevistas dos conceitos.	Expressou os conceitos com as próprias palavras, de modo adequado, contemplando as ideias principais, e reportou alguns exemplos citados nos textos de apoio e alguns da sua experiência pessoal.	Reproduziu fielmente os conceitos do texto recomendado, com as mesmas palavras, citando os mesmos exemplos.
Pertinência	A resposta atendeu, em todos os itens, ao que foi demandado.	A resposta atendeu alguns itens que foram demandados.	A resposta não atendeu ao que foi demandado.
Coerência	Todas as ideias eram concatenadas em termos lógicos (premissas e conclusão; argumentos e hipóteses).	Algumas ideias eram concatenadas, mas havia ideias desconexas do raciocínio principal.	Usa conceitos que se contradizem. As premissas não são coerentes com a conclusão. Os argumentos não apoiam a hipótese defendida.

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplo de escala de avaliação de mapa conceitual

CRITÉRIOS	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM
Escores	(0-1)	(2-4)	(5-6)
Conexão com conhecimentos prévios do discente.	Não inseriu nenhum conceito externo aos textos.	Inseriu conceitos externos ao texto, mas sem detalhamentos nem conexões maiores com os conceitos do texto.	Inseriu conceitos externos ao texto, com detalhamentos e conexões numerosas com os conceitos do texto.
Detalhamento de conceitos.	Não detalhou os conceitos principais (parece um organograma).	Detalhou os conceitos principais.	Detalhou os conceitos em ramos verticais e horizontais.
Interligação lógica.	Os conceitos não apresentavam relações de hierarquia, contiguidade, semelhança e diferença.	Os conceitos apresentavam relações de hierarquia, contiguidade, semelhança e diferença.	Os conceitos apresentavam relações de hierarquia, contiguidade, semelhança e diferença, causa, efeito, disjunção, implicação, exemplos.
Clareza	Os conceitos não estão dispostos com clareza.	Os conceitos estão dispostos com clareza.	Os conceitos estão dispostos com clareza, são ricos em detalhes e orientam perfeitamente o raciocínio.

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
	(1-5 escores)	(6-15 escores)	(16-25 escores)	(26-35 escores)
Interpretação do problema	Não conseguiu entender o problema ou entendeu errado.	Entendeu parcialmente o problema ou não conseguiu transformá-lo em uma pesquisa em busca de resultados comprováveis.	Identificou qual era precisamente o problema proposto e planejou as etapas de realização da coleta de dados.	Identificou qual era precisamente o problema proposto e planejou as etapas de realização da coleta de dados, apoiando-se em referenciais de análise.
Execução de procedimentos de coleta, registro e organização de dados.	Não executou procedimentos de coleta, registro e organização de dados.	Executou parcialmente procedimentos de coleta, registro e organização de dados.	Executou adequadamente e procedimentos de coleta, registro e organização de dados.	Executou procedimentos de coleta, registro e organização de dados, criando, adaptando ou aperfeiçoando técnicas.
Interpretação dos dados.	Não integrou informações para extrair hipóteses nem descobriu relações entre os fenômenos enfocados.	Integrou parcialmente informações para extrair hipóteses e não descobriu relações entre os fenômenos enfocados.	Integrou informações para extrair hipóteses e descobriu relações entre os fenômenos enfocados.	Integrou informações para extrair hipóteses e descobriu relações entre os fenômenos enfocados, apoiando-se em referenciais de análise.
Apresentação dos resultados.	Não utilizou as técnicas de apresentação de dados, nem soube formular claramente as conclusões.	Utilizou parcialmente as técnicas de apresentação de dados e não soube formular claramente as conclusões.	Utilizou as técnicas de apresentação de dados e formulou claramente as conclusões.	Utilizou as técnicas de apresentação de dados e formulou claramente as conclusões, apoiando-se em referenciais de análise.
Coerência.	As ideias não são concatenadas logicamente e se contradizem.	As ideias são parcialmente concatenadas em termos lógicos ou se contradizem.	As ideias são concatenadas logicamente.	Aborda uma quantidade considerável de ideias articuladas.

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplo de escala de avaliação de um relatório de pesquisa

Exemplos de escala de avaliação de ensaio

CRITÉRIOS INTRODUÇÃO	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
Preâmbulo.	Apresentação abrupta do tema ou problema.	Elaborou frases de ligação com o tema ou problema, mas sem muita conexão lógica.	Elaborou frases de ligação para situar o tema ou problema.	Elaborou frases de ligação para situar o tema ou problema que refletem conhecimentos sobre autores ou vertentes.
Anúncio do tema ou problema.	Repetiu o pedido.	Repetiu parcialmente o pedido.	Exprimiou o pedido com suas palavras.	Exprimiou o pedido a partir de um enfoque teórico específico.
Anúncio da proposta de análise	Não expressou os objetivos e a tese ou solução proposta nem	Expressou parcialmente os objetivos e a tese ou	Exprimiou adequadamente os objetivos e a tese ou solução	Exprimiou os objetivos e a tese ou solução proposta ou os referenciais de análise

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS INTRODUÇÃO	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
	os referenciais de análise.	solução proposta ou os referenciais de análise.	proposta ou os referenciais de análise.	com vocabulário e construção frasal próprios da literatura especializada da área.
Coerência	As ideias não são concatenadas logicamente e se contradizem.	As ideias são parcialmente concatenadas em termos lógicos ou se contradizem.	As ideias são concatenadas logicamente.	Aborda uma quantidade considerável de ideias articuladas.
Pertinência	Não realizou o que foi pedido.	Realizou parcialmente o que foi pedido.	Realizou o que foi pedido.	Acrescentou mais conceitos e exemplos ao que foi pedido.
Originalidade	Reproduziu os textos de estudo.	Reproduziu parcialmente os textos de estudo.	Expressou as ideias com as suas palavras.	Acrescentou ideias de outros textos de estudo não previstos.

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS DESENVOLVIMENTO	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
Pertinência	Não realizou o que foi pedido.	Realizou parcialmente o que foi pedido.	Realizou o que foi pedido.	Acrescentou mais conceitos e exemplos ao que foi pedido.
Originalidade	Reproduziu os textos de estudo.	Reproduziu parcialmente os textos de estudo.	Expressou as ideias com as suas palavras.	Acrescentou ideias de outros textos de estudo não previstos.

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS CONCLUSÃO	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
Resumo sucinto e claro das idéias propostas na introdução e desenvolvimento.	Não retomou os aspectos principais da introdução ou desenvolvimento.	Retomou parcialmente os aspectos principais da introdução ou desenvolvimento ou fez reprodução literal.	Retomou os aspectos principais da introdução ou desenvolvimento o sem reprodução literal.	Retomou os aspectos principais da introdução ou desenvolvimento com o vocabulário e a construção frasal da literatura especializada.
Explicitação de um ponto de vista sobre o tema ou problema proposto.	Não definiu um ponto de vista sobre o tema ou problema proposto.	Definiu imprecisamente um ponto de vista sobre o tema ou problema proposto.	Definiu um ponto de vista sobre o tema ou problema proposto.	Definiu um ponto de vista sobre o tema ou problema proposto, com o vocabulário e a construção frasal da literatura especializada.

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS DESENVOLVIMENTO	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
Tese	Não abordou os conceitos ou não os relacionou com o tema ou problema.	Abordou parcialmente os conceitos ou não os relacionou com o tema ou problema.	Abordou os conceitos e os relacionou com o tema ou problema.	Abordou os conceitos de forma articulada, para esclarecer o tema ou problema, com o vocabulário e a construção frasal da literatura especializada.
Antítese	Não estabeleceu objeções ou nuances em relação à tese inicial.	Estabeleceu parcialmente objeções ou nuances em relação à tese inicial.	Estabeleceu objeções ou nuances em relação à tese inicial.	Estabeleceu objeções ou nuances em relação à tese inicial, com o vocabulário e a construção frasal da literatura especializada.
Síntese	Não integrou a tese e a antítese.	Integrou parcialmente a tese e a antítese.	Integrou a tese e a antítese.	Integrou a tese e a antítese com o vocabulário e a construção frasal da literatura especializada.
Coerência	As ideias não são concatenadas logicamente e se contradizem.	As ideias são parcialmente concatenadas em termos lógicos ou se contradizem.	As ideias são concatenadas logicamente.	Aborda uma quantidade considerável de ideias, articuladas.

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplo de escala de avaliação de fichamento simples

CRITÉRIOS	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
Tema	Não identificou o tema do texto.	Identificou parcialmente o tema do texto.	Identificou o tema do texto.	Identificou o tema do texto em sua relação com a área disciplinar ou atividade profissional.
Problema	Não identificou o problema do texto.	Identificou parcialmente o problema do texto.	Identificou o problema do texto.	Identificou o problema do texto e sua relação com a área disciplinar ou atividade profissional.
Tese do autor	Não expressou os argumentos nem a sua relação com a	Expressou parcialmente os argumentos nem a sua	Expressou os argumentos e a sua relação com a tese ou	Expressou os argumentos e a sua relação com a tese ou solução

Fonte: BRASIL, 2019.

Exemplo de escala de avaliação de parecer técnico

CRITÉRIOS	INSUFICIENTE	REGULAR	BOM	EXCELENTE
	tese ou solução proposta.	relação com a tese ou solução proposta.	solução proposta.	proposta, vinculados aos referenciais teóricos.
Estrutura lógica do texto	Não identificou quais as partes constitutivas do texto do ponto de vista dos assuntos tratados.	Identificou parcialmente quais as partes constitutivas do texto do ponto de vista dos assuntos tratados.	Identificou quais as partes constitutivas do texto do ponto de vista dos assuntos tratados.	Identificou quais as partes constitutivas do texto do ponto de vista dos assuntos tratados, os subitens e a relação lógica das partes com o problema.
Coerência	As ideias não são concatenadas logicamente e se contradizem.	As ideias são parcialmente concatenadas em termos lógicos ou se contradizem.	As ideias são concatenadas logicamente.	Abordou uma quantidade considerável de ideias articuladas.
Pertinência	Não realizou o que foi pedido.	Realizou parcialmente o que foi pedido.	Realizou o que foi pedido.	Acrescentou mais conceitos e exemplos ao que foi pedido.

Fonte: BRASIL, 2019.

CRITÉRIOS	ESCORES		
	0	1 a 4	5
Clareza e precisão de linguagem.	Elaborou conceitos confusos, embaralhados e mal definidos.	Apresentou alguns conceitos claros e bem definidos.	Apresentou todos os conceitos claros e bem definidos.
Fundamentação técnica e legal.	Não utilizou a legislação e fundamentação teórica pertinente.	Utilizou em parte as legislações e fundamentação teórica pertinente.	Utilizou corretamente as legislações e fundamentação teórica pertinente.
Análise técnica.	Não relacionou a legislação e a fundamentação teórica ao problema estudado.	Relacionou parcialmente a legislação e a fundamentação teórica ao problema estudado.	Relacionou, adequadamente, a legislação e a fundamentação teórica ao problema estudado.
Síntese e propostas de medidas concretas e factíveis.	Não efetuou a síntese e não apontou medidas concretas e factíveis.	Efetuoou a síntese de modo razoável e apontou algumas medidas concretas e factíveis.	Efetuoou a síntese de modo correto e apontou medidas concretas e factíveis.

Listas comparativas

Fonte: BRASIL, 2019.

São baremas que estabelecem comparação entre critérios para avaliar o nível de aprendizagem dos conteúdos ou competências, por meio de duas valorações ("sim" ou "não") utilizadas quando as respostas dos estudantes são idênticas, seguindo a lógica do "tudo ou nada".

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Portaria nº 147-DECEX, de 27 de junho de 2019. Aprova as normas para a avaliação da aprendizagem 4ª edição (NAA-EB60-N-06.004) e dá outras providências.